

Síntese dos pontos levantados na reunião do dia 28 de julho de 2014

A partir da pesquisa realizada pelo prof. dr. Maurício Ribeiro da Silva (UNIP) constatou-se que no exame comparativo dos últimos triênios houve uma “desaceleração da produção de itens vinculados a Livros de Texto Integral, Coletâneas e Capítulos de Livros, indicando migração do esforço deste tipo de produção para a produção de artigos em periódicos”.

Dentre as possíveis justificativas para tal desaceleração e consequente valorização da produção de artigos científicos, podem ser levantadas as seguintes hipóteses:

- “Maior controle da pontuação obtida na produção docente direcionada para artigos em razão do conhecimento prévio da qualificação da revista (mesmo com possibilidade de alterações no decorrer do Triênio) se comparado com a produção em livros, cuja avaliação somente será conhecida posteriormente”;
- “Menor esforço na produção de itens na comparação entre artigos e livros integrais”;
- “Menor custo financeiro na operação de publicação”;

A comissão endossa, a despeito deste quadro, o livro como espaço privilegiado para a divulgação da pesquisa de maior aprofundamento, “seja de reflexões teóricas ou constatações empíricas, sendo veículo, portanto, do pensamento e da memória da produção da área”.

A comissão também concorda com a posição proferida pelo prof. Maurício Ribeiro da Silva que “tal condição, se confirmada por meio de estudos a serem realizados, seria indicativa de que o processo de avaliação caminha em direção diversa ao comportamento da área no contexto da produção de conhecimento. Tal situação, mais do que indesejável, certamente configuraria dano ao desenvolvimento da própria produção qualificada à qual o próprio processo buscaria qualificar”.

Ou seja, torna-se fundamental e necessário o aprimoramento do instrumento de avaliação CAPES concernente ao livro, e para tanto a comissão propõe:

1. Aprimoramento dos critérios que definem os estratos e simplificação do formulário de preenchimento

Como já apontado nos documentos enviados à comissão, há aparente grau de subjetividade nos critérios adotados para a classificação de um livro como L3 ou L4. Neste último, por exemplo, temos:

“Obra diferenciada quanto à inovação temática, metodológica e com impacto na área e nos campos específicos de conhecimento aos quais está relacionada”;

“Obra com evidente contribuição significativa para a área”

Como definir ‘impacto na área’ de um livro? Se o mesmo for lançado no último ano de um triênio, quais seriam os indicadores previstos para medir o alcance de uma obra recém-lançada? O número de resenhas em revistas científicas? O número de citações via Scholar Google? Esses eventuais indicadores não estão especificados no documento de área 2013 nem no documento “Relatório de Avaliação 2010 – 2012 Trienal 2013”. Salientamos que o impacto de um livro tem, necessariamente, um tempo de aferição diferente do de um artigo, e, em princípio, incompatível com o cronograma de avaliação trienal.

Por outro lado, consideramos que seria importante que a Capes fornecesse aos programas, antes do preenchimento do formulário, o que chamaríamos em uma primeira instância de ‘notas técnicas’, ou seja, uma instrução de serviço com definição de termos e procedimentos prévios que permitiriam ao coordenador e programa maior clareza na atribuição dos dados constitutivos de uma obra ao realizar o lançamento dos indicadores do ponto de vista formal.

Como apontado pelo prof. Juremir Machado, uma mesma coletânea, com artigos de autores pertencentes a mais de um programa, teve seu formulário, deduz-se, preenchido por vários programas. Como no exemplo citado pelo colega, “um livro organizado pela Universidade Federal da Bahia podia ter capítulos de professores da Universidade de São Paulo. Nesse exemplo, UFBA e USP deveriam preencher o formulário”. Não são pequenas as chances dos capítulos de um mesmo livro serem, no que diz respeito aos seus aspectos formais, principalmente no item ‘Vinculação da

Obra', cadastrados com informações e, conseqüentemente, pontuações díspares. A iniciativa apontada no parágrafo anterior poderia diminuir tal situação, fornecendo "esclarecimentos consistentes" sobre essa e outras questões. Neste caso, a do cadastro de informações de coletânea com autores de diferentes programas, o sistema poderia permitir o acesso aos formulários já preenchidos da mesma obra, diminuindo, portanto, a ocorrência de tais problemas.

O formulário de preenchimento traz muitos itens que poderiam ser agrupados. Por que, por exemplo, separar 'editora, universitária, filiada à ABEU' daquela que não é filiada? Como aferir a 'distribuição nacional' de uma editora, ainda mais conhecendo nosso mercado editorial, marcado pelo domínio das grandes empresas? Por outro lado, há livros que têm mais de uma 'reimpressão', sinal também de sua importância, indicativo de seu impacto. Tal livro, por sua vez, recebe apenas 1 ponto, ao contrário de uma segunda reedição, não importa se revista ou atualizada.

Por fim, o formulário discrimina a possibilidade de publicação com alunos de graduação, o que parece ser penalizar uma iniciativa que, por intermédio das bolsas de iniciação científica, por exemplo, constitui forte laço de integração entre os diferentes níveis de ensino.

2. A comissão de livros deve se reunir anualmente e prever a possibilidade de revisão e/ou recurso

Toda avaliação deve buscar o aprimoramento de todos aqueles envolvidos no processo, permitindo-se a revisão de seus critérios ao longo do período analisado e o aprofundamento dos debates. A realização da avaliação de livros de maneira anual (como já ocorre no Qualis Periódicos) permitiria a constituição de uma cultura da área quanto a esse tipo de processo, além de ter um papel formativo.

Além disso, com a concentração de todas as publicações do triênio em uma mesma avaliação, não é preciso dizer que o volume de trabalho é demasiado. Uma semana, por maior que seja a dedicação dos colegas professores que compuseram ou que

venham a compor a comissão, é pouco para a avaliação de quase 1500 títulos. É fundamental que esse processo seja revisto.

Como sabemos, 1223 itens foram desclassificados na última avaliação. Os autores e os programas merecem compreender de maneira mais adequada as motivações desses desclassificações realizadas pela Comissão.

3. A definição do lugar ocupado pelos trabalhos completos publicados em Anais de eventos científicos

Neste último triênio ficou clara dentro da área a existência de critérios distintos para as subáreas que a compõem. É preciso definir previamente, em amplo debate com os coordenadores e de forma independente ao que pensam nossos colegas de Biblioteconomia e Museologia, se os trabalhos completos publicados em Anais de eventos científicos devem ser avaliados pela Comunicação.

Durante o processo de discussão entre os programas ao longo do último triênio, havia a uma sinalização positiva nesse sentido. Os coordenadores e suas equipes gastaram boa parte de seu tempo no exaustivo trabalho de catalogação e reprodução em Xerox dos materiais concernentes a esse item. Entendemos que se os anais não forem classificados para a subárea Comunicação, que não seja feita a solicitação de dados referentes à essa produção.

Ressalta-se ainda que para a avaliação discente na área de Comunicação os anais são considerados. Assim, seria importante saber como essas pontuações foram atribuídas nesse caso.

4. A constituição da comissão referente à classificação dos Livros deve reforçar a tendência já existente de respeitar a diversidade institucional, regional e temática.

Além de ser muito importante neste tipo de avaliação em que se opera com noções do tipo ‘inovação temática e metodológica’ e ‘contribuição significativa’, essa formação mais plural é fundamental.

5. A avaliação deve contemplar de maneira mais direta a especificidade da coletânea.

Pelo seu caráter e dada a natureza da obra, que pode reunir distintos programas, pesquisadores e situações, no momento de preenchimento do formulário deveria existir apenas um campo “aderência à área de comunicação”, em lugar dos desdobramentos como "aderência à linha" ou "aderência ao projeto de pesquisa".

6. A revisão da tabela e dos pesos atribuídos às obras, a fim de aproximar mais os extratos ao invés de distanciá-los.

As tabelas 5 e 6 do “Relatório de Avaliação 2010 – 2012 Triênio 2103”, páginas 13 e 14, traduzem o grande fosso que separa uma obra considerada L4 daquela que se encontra em L1. Entendemos que a classificação e a decorrente pontuação dela derivada não deveriam ser atreladas a pesos. Já basta a escala de zero a 100 para atribuição de pontos. Aplicando-se os pesos, a diferença entre a pontuação obtida também se amplia.

7. Que seja feita uma correlação de pontuação entre livros e artigos científicos.

Para evitarmos que o quadro apontado logo no início deste texto se aprofunde, seria interessante rever a pontuação hoje atribuída aos diferentes extratos que compõem tanto a classificação de livros quanto o Qualis periódico. Atualmente a publicação de um livro integral classificado no extrato L1, por exemplo, equivale a uma publicação de artigo em revista B3.

Como proposta, que essa correlação esteja equivalente aos estratos A1, A2, B1 e B2, da classificação de periódicos, respectivamente a L4, L3, L2 e L1, da classificação de livros.